



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO

CEP 83.980-000 – Rua Gasparina Simas Miléo, 269

INSTALADA EM 24/10/1961

ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO 09/2023

O Vereador que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais conferidas pelo art. 192, X do Regimento Interno desta Casa de Leis, vem perante o soberano plenário desta casa de leis, para que, na forma que determina o art. 20, XX da LOM, o Poder Executivo preste as informações conforme abaixo **REQUER-SE:**

- 1) O Poder Executivo promove o apoio e/ou patrocínio de festas tradicionais realizadas no Município, tal como festa do Colono, Padroeiro do Município e festa da Uva, etc.? Se a resposta for afirmativa, de qual forma?
- 2) Nos anos anteriores dentro desta legislatura ocorreu algum apoio/patrocínio a festas realizadas no Município? Se sim, para quais delas? De que forma e quais os valores dispendidos individualmente?
- 3) Existe algum posicionamento expresso da Procuradoria Jurídica do Município acerca desta questão? Se sim, favor encaminhar cópia.

REQUERIMENTO 09/2023

JUSTIFICATIVA

O Vereador que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais conferidas pelo art. 192, X do Regimento Interno desta Casa de Leis, vem perante o soberano plenário desta casa de leis, para que, na forma que determina o art. 20, XX da LOM, o Poder Executivo preste as informações conforme abaixo **REQUER-SE:**

Sabe-se que o Poder Executivo promove e organiza a festa de emancipação política e, anualmente, comemorações de Natal.

Por outro lado, além da promoção direta de eventos, o Poder Executivo tem a possibilidade de apoiar ou patrocinar eventos realizados no Município, especialmente pelas entidades religiosas e escolas locais, as quais sempre promovem algum tipo de manifestação de valorização da cultura local que devem ser cultivadas e incentivadas pelo poder público.

Tal apoio pode ocorrer através da contratação de shows e disponibilização de estrutura, tais como tendas e barracas para aos comerciantes locais, o que tende a fortalecer a economia do Município e, conseqüentemente, fazer com que haja maior circulação de capital e, por sua vez, maior arrecadação de impostos por meio de aumento sazonal de demanda.

Esta sistemática pode ser percebida em Municípios vizinhos e ao que indica se encontra dentro da legalidade.

Desta forma, visando concretizar a função fiscalizatória que compete ao Legislativo (art. 31, *caput*, da Constituição Federal), bem como dar maior transparência aos atos públicos, requer-se resposta as indagações supra.

Antonio Olinto, 06 de fevereiro de 2023.

RICARDO WISNIESKI ALVES

Vereador